

O Japão na conjuntura internacional de 1930-1940

Ronaldo Pereira Gonçalves¹

¹ Professor adjunto em História, UNIOESTE—FBE, Membro do Grupo de Pesquisa História e Epistemologia da Geografia. Correio eletrônico: ronaldo.uruguay@yahoo.es.

Recebido: 12/Abr/2010
Aprovado: 25/Mai/2011

Resumo

Este ensaio segue os pressupostos metodológicos da Escola Francesa de Relações Internacionais que privilegia o Estado como principal ator internacional. Procura investigar, de modo breve, os motivos da emigração japonesa à América e aborda-se as grandes ideologias que antecederam a Segunda Guerra. Examina-se o imperialismo dos governos de Tóquio e Washington nas primeiras quatro décadas do século vinte. E, a partir da expansão econômica japonesa conhecida como "*Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático*", emerge na Ásia Oriental uma disputa entre os Estados Unidos e o Japão, pelos mercados consumidores da produção industrial e também pelas fontes de matéria-prima originando um conflito diplomático. A gravidade dos fatos culmina com o violento ataque nipônico a Pearl Harbor em 1941.

Palavras-chave: Japão, Estados Unidos, Migrações, Imperialismo.

Japan international situation in 1930-1940

Abstract

This paper examines the methodological assumptions of the French School of International Relations that privileges the state as major international player. Investigates, briefly, the grounds of Japanese emigration to America and examines the major ideologies that preceded World War II. Examines the imperialist governments of Tokyo and Washington in the first four decades of the twentieth century. And, from the Japanese economic expansion known as "Co-Prosperity Sphere of the Great East Asia" emerges in East Asia a dispute between the U.S. and Japan, the consumer markets of industrial production and also the sources of raw materials raw leading to a diplomatic conflict. The gravity of events culminating in the violent niponic attack on Pearl Harbor in 1941.

Keywords: Japan, United States, Migration, Imperialism.

Introdução

O trabalho que aqui se apresenta é uma narrativa que pretende seguir o modelo de investigação científica da História das Relações Internacionais sob a perspectiva dos historiadores. Esses estudiosos consideram, de modo geral, que o Estado é o principal ator internacional e, portanto, o foco das Relações Internacionais. E, como diz SARAIVA (2007) é possível falar-se de em uma escola francesa de Relações Internacionais que, mesmo sendo um domínio relativamente recente inclui destacados historiadores como Jean-Baptiste Duroselle, Marcel Merle, Pierre Miza, Pierre Renouvin, Paul Veine, e outros. Nesse contexto cabe destacar os estudos de Duroselle (1958) para quem a Opinião Pública desempenha um papel de grande importância nas Relações Internacionais.

De acordo com os autores citados, a matriz do conhecimento epistemológico não exige um conhecimento sistêmico mesmo porque a montagem do *locus* de pesquisa é semelhante a um “leque” de conhecimentos ao alcance do pesquisador, ao qual RENOUVIN (1963) chama de “Forças Profundas” da História. E, a essa modalidade de pesquisa acrescenta-se o método dedutivo e a temporalidade sendo, os resultados apresentados em discurso narrativo de acordo com VEINE. (1971)

Cabe dizer que o título deste trabalho de investigação é *O Japão na conjuntura Internacional de 1930-1940* e, que os dados coletados foram obtidos em obras que tratam da contemporaneidade bem como em jornais micro filmados a disposição na Biblioteca Nacional, na cidade do Rio de Janeiro.

Os documentos mais importantes, porém, são as fontes primárias que estão disponíveis no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Convém recordar que o Japão, desde as últimas décadas do século XIX até a década de 1930, a par da industrialização teve também um excesso populacional que passou a ser uma questão de complexa solução. Por esse motivo, em algumas áreas rurais do arquipélago japonês, os camponeses nipônicos experimentavam a fome e, em muitas cidades a população vagava pelas ruas, sem emprego. O problema do superpovoamento começou a chegar a um ponto crítico e, tal situação não passou despercebida pelo governo de Tóquio, cuja faceta imperialista possuía interesses expansionistas e geoestratégicos. Tal situação de superpovoamento conduz para a idéia de que a grande quantidade de japoneses que emigram para a Coreia, China, Manchúria, Estados

Unidos, Brasil, Peru, Equador, e, outros países, obedecia a um plano de O emigração do governo de Tóquio.²

Não custa mencionar que existem poucos trabalhos que investigam as emigrações japonesas para a América a partir das condições sócio-econômicas do Japão na época em partiram ou seja ou seja, finais do século XIX e primeira metade do século XX. Da mesma forma pouco se escreveu sobre a rivalidade comercial Estados Unidos - Japão que antecedeu a declaração de guerra do governo de Washington contra o governo de Tóquio, levando a opinião pública dos países ocidentais (inclusive o Brasil) a adotarem uma política contrária, senão hostil contra o Japão e os imigrantes japoneses, sem haver uma motivação mais consistente para condenar o governo de Tóquio, que não fosse a disputa comercial entre norte-americanos e nipônicos pelos mercados de comercio na área do Pacífico.

E com o amparo destas considerações deve-se dizer que os assuntos sobre a imigração japonesa e a disputa Japão - Estados Unidos motivaram a vontade de iniciar uma investigação que tenta analisar o panorama político das primeiras décadas do século XX bem como, os possíveis motivos para que grande número de habitantes do arquipélago japonês abandonassem o solo pátrio e emigrassem para a América através de agencias de emigração. Por conseguinte, serão examinados nas próximas páginas alguns itens que tratam de três temas principais: 1º As concepções ideológicas da época; 2º O imperialismo japonês e norte-americano e 3º Exame do confronto político nipo-americano por fontes de matéria prima. E, na finalização desta investigação será apresentada uma consideração final sobre os assuntos abordados.

Concepções ideológicas nas décadas de 1930 e 1940

Na década de 1930, a maioria dos países latino-americanos, mesmo os pequenos, já havia instalado em seus territórios nacionais parques de beneficiamento agro-industrial e mesmo complexos de transformação de matéria prima. Ocorreu, porém, que a “Quebra da Bolsa” de valores de Nova York, em 1929 acarretou o declínio do comércio, a redução das exportações e a queda dos salários gerando, junto com outros fatores um empobrecimento de grande parte da

² O “Memorial Tanaka” é um suposto documento do governo de Tóquio que versa sobre planejamento estratégico destacando a conquista da Manchúria. Teria sido elaborado pelo Primeiro Ministro Tanaka Gichi como instrumento de domínio dos mercados de consumo. Esse plano ou memorial foi amplamente divulgado pelos Estados Unidos como parte da guerra de propaganda contra o Japão não faltando vozes da mídia norte-americana dizerem que tratava-se uma contrapartida nipônico ao livro *Main Kampf*, escrito por Adolf Hitler.

população das Repúblicas americanas. Não obstante, o sistema político vigente conduziu a um autoritarismo pretensamente liberal que, na verdade, “era a tirania do Estado liberal que se dizia democrático” (DOZER, 1966, p. 351).

Esse quadro de incertezas, que também afetou os diversos Estados europeus, (muitos deles sofrendo de angústia econômica e opressão social) deu origem a dois blocos de poder, distintos e antagônicos, que passaram à História com os nomes de “fascismo” e “democracia liberal”. Ambos os blocos, buscavam a conquista da hegemonia política, econômica e comercial além da arregimentação, para suas respectivas fileiras, de gente de todas as raças, de todas as religiões e graus de civilização. (BRASIL MG. Relatório, 1941.) Além destas duas ideologias antagônicas - fascismo e democracia liberal - havia também o regime comunista, teorizado por Karl Marx no século XIX e instaurado na Rússia, em 1917, que se opunha tanto aos fascistas como aos democratas em qualquer parte do mundo. Os fascistas e comunistas eram inimigos irreconciliáveis, porém, em 1939, as circunstâncias da celebração do pacto Molotov-Ribbentrop levaram os comunistas e os nazi-fascistas a se unirem para combater a democracia liberal como forma de governo.

Na América do Sul, os anos de 1930 e 1940 assinalam uma época de crises e confrontos entre a democracia liberal e as ideologias do fascismo e comunismo. Em particular no Brasil, durante o mês de novembro de 1935, os comunistas, sob orientação do *Komintern* e reunidos numa agremiação político-partidária, promoveram uma tentativa de tomada do poder nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Natal. Contudo, o levante foi rapidamente sufocado pelos militares leais ao governo de Getúlio Vargas. Por seu turno, os fascistas reunidos em torno de Plínio Salgado fundaram a “Ação Integralista Brasileira”, uma agremiação partidária inspirada no Partido Nacional Socialista da Alemanha de Adolfo Hitler que, posteriormente, tentou um *putsch* no Brasil. O fato relevante nessa circunstância política é que, embora a “Internacional Comunista”,³ nos anos 1922 e 1930, apoiasse a formação de partidos comunistas e sua penetração entre o operariado, teve no fascismo, um inimigo ferrenho.

Cabe dizer, de acordo com WERNER, que “o fascismo constituía-se em uma verdadeira arma psicológica, anticomunista que

³ “Internacional Comunista”: organização política do governo de Moscou, dedicada no exterior, a propagação do sistema político vigente na Rússia

muito influenciou as nações democráticas do ocidente” (2001, tomo 1, p. 22-25). Mas essa aliança, entre comunistas e fascistas, foi de pouca duração, pois perdurou somente até 1941, quando a Rússia foi invadida pelas tropas da Alemanha nazista, comandada por Adolf Hitler. A partir desse momento, os “marxistas” aliaram-se aos democratas para combater o fascismo alemão. Esse novo pacto político perdurou até o término da Segunda Guerra, quando, então, teve início a época da “Guerra Fria” que assinala o retorno dos comunistas ao seu projeto inicial de expansão e de dominação mundial.

O bloco fascista

O fascismo histórico, entendido como força política, desenvolveu-se na Europa entre 1919-1945 e recebeu diversas denominações que representavam o mesmo ideário em várias partes do mundo, inclusive na América Latina e no Japão.⁴ E isso, como diz GERTZ, (1987) sem considerar regimes como o Estado Novo de Getúlio Vargas, muitas vezes classificado como fascista. Esse fenômeno político e supranacional, revestiu-se de características análogas podendo ser qualificado de pouco racional. O fascismo, como explica RÉMOND (1994) é um protesto do instinto, um sobressalto contra o racionalismo. É, também, um movimento pragmático que enfatiza a eficácia e os valores da ação. De fato, a era fascista assinalou uma “virada” na História como se verificou na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). De modo geral, as características do fascismo configuram, nos diversos Estados em que emergiu um sistema político imperialista, antiliberal e antidemocrático, no qual um grupo de pessoas centralizava todos os poderes políticos e administrativos, não permitindo a existência de outros grupos ou agremiações partidárias. Também é de se notar que entre os fascistas, o poder absoluto do Estado centralizava-se numa única pessoa ou partido, caracterizando o que alguns estudiosos denominam de totalitarismo. Nessa concepção política, o Estado monopoliza os meios de comunicação e promove a propaganda política para exprimir a verdade oficial e torná-la unânime. Vem daí que a censura e o regime do partido único são indispensáveis para que não exista mais que um único discurso produzido pelo grupo dirigente.

Por paradoxal que possa parecer nos países em que os

⁴ Muito embora o conceito com relação ao fascismo japonês possa ser discutível, vários autores o mencionam de modo claro. A este respeito veja-se, Arquivo Nacional-Secretaria da Presidência da República (AR-SPR), doc-1737 Lafer, Justice, 01.01.35 e HOBBSAWM, (1995, p. 133-135).

movimentos fascistas assumiram o governo de fato, a política econômica adotada, via de regra era eficiente na modernização da indústria, concorrendo para a redução do desemprego. Neste particular, o caso mais notável foi o do Japão que, em curto espaço de tempo (meio século) saltou de uma economia tida como medieval para um sistema produtivo moderno, disputando com os Estados Unidos a hegemonia dos mercados do Pacífico e deixando para a Grã-Bretanha uma posição secundária.

Se, nos vários tipos de fascismo, não estava claro o objetivo comum, por outro lado, havia marcantes aproximações com a ideologia fascista em vigor na Itália e no Japão, e isso facilitou um intercâmbio entre ambos ao qual se juntou a Alemanha, formando um verdadeiro eixo de interesses e práticas ideológicas. Nesses três países, comungava-se principalmente a exaltação da coletividade nacional; o desprezo ao individualismo liberal, o crescente dirigismo estatal, o culto ao chefe de Estado e ao nacionalismo defendendo-se as virtudes da raça. Foi assim na Alemanha, onde se colocaram em prática as teorias do *Lebensraum* de Friedrich Ratzel e Karl Haushofer sobre o espaço vital; na Itália, com o “regresso” à romanidade apregoado por Próspero Farinacci e Pablo Emílio Pavolini e no Japão, com as teorias defendidas por Kokoda Oncha, que pregavam a restauração do espírito puramente nipônico e a abolição total do capitalismo.⁵

As potências fascistas

Na Alemanha, o modelo fascista legitimou-se através de uma visão de mundo baseada na hierarquia das raças. O “nacional socialismo”, isto é, o nazismo resgata uma herança que procede da tradição austríaca do Partido Cristão Social, anti-semita e pangermanista da época do kaiser Guilherme II, incluindo-se aí as idéias defendidas por Ratzel e Haushofer. Na hierarquia das raças, de acordo com a ideologia nazista, a prioridade pertence à raça ariana e à nação germânica que dela descende. Da mesma forma, as raças superiores têm o dever de preservar sua pureza biológica, o que inspirou um sistema sócio-político de rejeição e exclusão.

A Itália foi, por excelência, o berço do movimento fascista e nesse país, exaltava-se a grandeza da antiga Roma. Inicialmente, como diz FALCÓN (1991) o termo foi empregado para caracterizar um regime político de caráter totalitário implantado por Benito Mussolini, tendo

⁵ Para as camadas mais simples da população do Japão, o Imperador era um Deus e, para ele cediam o seu direito a liberdade.

como emblema o feixe de varas dos antigos lictores romanos. Além das características gerais do fascismo, o nacionalismo foi particularmente importante como forma de desenvolvimento do mesmo modo que o corporativismo em que os sindicatos patronais e trabalhistas eram os próprios mediadores das relações trabalhistas. O fascismo italiano, como outros movimentos europeus de mesmo gênero, foi capaz de mobilizar grandes massas populacionais, sobretudo a classe média, caracterizando-se pela pregação antidemocrática, antiliberal e antimarxista. Esse movimento na Itália, dizia Benito Mussolini, era uma nova força política que se preocupava em forjar esse homem novo, ancorado nas tradições da romanidade. Há nisso uma característica própria da Itália, ou seja, a preocupação de reatar os laços com a glória do antigo Império Romano.

No Japão, até 1926 (quando falece o imperador Taishô), havia um regime monárquico semelhante ao liberal, passando a partir dessa data, para um nacionalismo-militarista. Com essa característica, o fascismo japonês apresentou-se na mesma linha dos movimentos ocorridos na Europa, porém tendo como chefe de Estado o imperador Hiroito, considerado a suprema autoridade do país.

Uma das características do fascismo japonês era a convivência com os partidos políticos que, indistintamente, apregoavam a volta de todas as propriedades ao Imperador para uma redistribuição mais eqüitativa entre os súditos. Os fascistas do Japão apregoavam a luta do proletariado contra o capitalismo, pois julgavam a alma japonesa, o espírito nipônico mais forte que qualquer outro interesse. O japonês, convencido de sua origem divina e da sua missão na Ásia, tinha como religião, a devoção e o culto aos antepassados, além de um patriotismo exaltado até a loucura, daí o *Bushido*, o código de honra não escrito do guerreiro japonês, a passividade, a docilidade e a adoração ao Imperador, numa situação similar à do *Fühler* na Alemanha e do *Duce* na Itália.

O acordo fascista

É oportuno recordar que os acordos, alianças ou pactos entre as nações, como diz WIGHT, “não significam amizades na política internacional, mesmo porque tais concordâncias não podem ser desinteressadas”, (1985, p. 99). O principal dever de um ator internacional é o de preservar os interesses dos grupos econômicos do seu território perante os interesses rivais. Sob esse enfoque, não causa surpresa, no cenário internacional, o “Acordo Tríplice” celebrado entre Alemanha, Itália e Japão, em 27 de setembro de 1940, o qual foi o desfecho natural de uma estratégia política que vinha sendo posta em

prática pelos governos desses três países que possuíam afinidades ideológicas. Tal situação pode ser comprovada ao se observar que antes da celebração desse acordo, já havia sido celebrado em 1936 o “Pacto Anticomitem”⁶, e, em 1939 o “Pacto de Aliança, Alemanha-Itália”⁷.

O “acordo tríplice” destinava-se a assegurar aos signatários o domínio do mundo através da implantação de uma “Nova Ordem” na Europa e na Ásia. Esperava-se que a Espanha fascista também participasse dessa aliança, todavia o governo de Madri optou pela neutralidade. Em linhas gerais, o documento que foi assinado pelos governos de Berlim, Roma e Tóquio, em 1941, estabelecia o auxílio econômico, político e militar, caso uma das partes contratantes fosse atacada por uma nação não envolvida na guerra européia ou no conflito sino-japonês. Além dessas cláusulas, incluíam-se artigos afirmando que o pacto não afetava a situação política existente entre cada uma das partes e a Rússia. Como explicou o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Karl Von Ribbentrop, o pacto constituiu-se em uma aliança militar de três dos mais poderosos Estados do mundo. Qualquer país que se imiscuisse na “Nova Ordem” da Europa ou do Extremo Oriente, ou que atacasse uma das três potências, ver-se-ia confrontado por uma força de mais de 250 milhões de pessoas. (*O Estado de S. Paulo*, 29.09.41, p.1)

À primeira vista, o acordo teuto-italo-nipônico teve por objetivo a intenção de assegurar ao Japão a consecução de seus planos de expansão na Ásia, principalmente em direção às Índias Holandesas e à Indochina (ricas em petróleo), e, com isso, enfraquecer o comércio norte-americano na Ásia Oriental. O acordo, porém, também pode ser interpretado como uma estratégia germânica, com a finalidade de contrabalançar a crescente cooperação militar norte-americana com o Reino Unido.

Na verdade, em termos estratégicos, o pacto causou preocupação aos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos que acusaram o Japão de criar uma nova ordem na Ásia. Esse fato evidenciou o que já era esperado, ou seja, uma guerra econômica entre os governos de Washington e Tóquio pelos mercados de consumo da Ásia Oriental.

O bloco democrático-liberal

Entende-se por democracia liberal a idéia de John Stuart Mill

⁶ O Pacto Anticomitem, celebrado em 25/ 11/ 1936, entre o Japão e a Alemanha, previa medidas de proteção e ajuda entre esses dois países contra as ameaças da Internacional Socialista (Comitem)

⁷ O Pacto de Amizade e Aliança Alemanha-Itália, firmado em 1939 previa ajuda imediata entre as partes em caso de ameaças internacionais.

sobre este regime. Fica claro que seu núcleo de convergência é constituído por uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizarem suas capacidades, e que haja necessidade de colocar limites ao poder do Estado. Não obstante, para Crawford MACPHERSON (1994), “liberal” pode significar a liberdade do mais forte para derrubar o mais fraco, de acordo com as regras de mercado. Examinando-se a idéia de outros autores como, por exemplo, BOBBIO (1996), constata-se que a concepção liberal de democracia sempre foi o elemento característico do regime democrático. A participação do indivíduo é vista e definida como manifestação da liberdade particular que assegura o direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se e associar-se para influir na política do país, além do direito de votar e ser votado.

Analisando a democracia liberal, MACPHERSON (1994), afirma que as idéias de Bentham e James Mill levam para a concepção de que se buscava a felicidade de um maior número de cidadãos, tomando-se pela idéia de felicidade a quantidade de prazer individual e a ausência ou escassez de sofrimento. Todo o indivíduo, por sua própria natureza, procura aumentar seu prazer, ficando claro que a posse de bens materiais era tão básica para a obtenção de todas as demais satisfações, que ela, por si, podia ser tomada como a medida de todas as demais, pois cada parcela de riqueza tem a sua correspondente parcela de felicidade, o que significa dizer, ainda de acordo com MACPHERSON (1994), que o dinheiro é o instrumento para medir a quantidade de desgosto ou de prazer.

Para os países que nas décadas de 1930 e 1940, compunham o bloco da democracia liberal – Estados Unidos, Inglaterra, França, Holanda, Bélgica e outros mais - cada cidadão deveria procurar aumentar sua própria riqueza indefinidamente, e um dos modos para concretizar esse objetivo era adquiri-la de terceiros. Está claro que tal pensamento não significava que todos os cidadãos dos países democráticos comungassem da mesma idéia política, Explica-se porém, por essa via, os vários interesses anglo-saxônicos nos anos de 1930 e 1940, incluindo-se, também, o “contrabando de guerra” praticado por empresas norte-americanas que trabalhavam na distribuição dos derivados de petróleo transportado dos Estados Unidos para os portos russos de Vladivostok e Petropavlosk.

Imperialismo norte-americano

O imperialismo praticado pelos Estados Unidos pode ser constatado desde a independência desse país, quando o regime

democrático liberal adotou o sistema capitalista, entendido como um conjunto de comportamentos individuais e coletivos atinentes à produção, distribuição e consumo de bens.

O governo de Washington praticava, nas primeiras décadas do século XX, uma política de relações exteriores marcadamente imperialistas, conhecida como “*Big Strick*” (grande cacete), caracterizada pela intervenção armada na América Latina e, ingerência nos negócios internos de países europeus e asiáticos nos quais estavam em jogo os interesses econômicos norte-americanos.⁸ Caso típico do imperialismo norte-americano na Ásia verificou-se no arquipélago das Filipinas, cedida pela Espanha aos Estados Unidos através do “Tratado de Paris” (dezembro de 1898), mediante a indenização de 20 milhões de dólares. Além da guarnição de quase onze mil soldados, o governo de Washington introduziu nas Filipinas um moderno sistema de irrigação e tecnologia agrícola, para desenvolver as grandes culturas agrícolas direcionadas à exportação de cana-de-açúcar, tabaco, milho e o coco, entre outros produtos.

Na China, o imperialismo norte-americano, utilizando-se do sistema *Lend-Lease*⁹ supria o bando de Chiang Kai-Shek com armas, munições e aviões de combate para fazer frente aos japoneses, Essa, “ajuda” do governo norte-americano para que os chineses nacionalistas defendessem as suas principais cidades e rotas de suprimentos, fazia parte de um plano geopolítico do governo de Washington.

Se por um lado, de modo indireto, essa ação norte-americana dificultava a ampliação da área ocupada pelos comunistas chineses, por outro, armando os chineses nacionalistas de Chiang Kai-Shek, também se dificultava a expansão japonesa no território chinês.

O governo de Tóquio - é importante que se diga - em 1931, aproveitando-se do caos interno que a guerra civil provocou entre as diversas províncias chinesas, desembarcou tropas na Manchúria, onde criou um protetorado, o Manchukuo. Tendo em vista essa movimentação de tropas japonesas, o governo de Washington, por sua vez, procurou aumentar sua área de influência no Oriente asiático adotando vários procedimentos: ora tentando sustar o crescimento japonês através de resoluções nas conferências navais de Washington em 1922 e de

⁸ Muito embora a população dos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX, não fosse partidária de intervenções de suas forças armadas no estrangeiro, o governo de Washington pôs em prática, desde o início do século XIX, uma política imperialista comprovada pela expedição de Mathew Fontaine Maury à Amazônia, em 1849; pela guerra Hispano-Americana de 1898, e pela interferência em muitos países latino-americanos, como Panamá, El Salvador, República Dominicana, Honduras, México e Haiti.

⁹ Lend-Lease - projeto de Lei do governo norte-americano, no qual se estabelecia um programa de fornecimento de grande quantidade de material bélico, dos Estados Unidos aos países aliados, entre eles Grã-Bretanha e China

Londres 1930, tentando impor ao governo de Tóquio um limite à sua tonelagem bruta de construção naval. Já nessa época, as potências anglo-saxônicas anteviam a evolução do Japão, que aspirava ser uma potência naval hegemônica nos Mares do Sul.

Imperialismo japonês

No plano político, o expansionismo japonês manifestava-se de modo claro na guerra contra o Império Russo, entre 1904-1905, na qual o objetivo era a conquista dos territórios da Coréia e Manchúria. Em maio de 1905 o almirante Heihachiro Togo, comandando a Marinha do Japão impôs grave derrota aos russos destruindo dois terços da armada do Czar na batalha naval do Estreito de Tsushima, no Mar do Japão. Tal batalha assinalou não só a primeira derrota naval de uma armada européia frente uma esquadra do Oriente, mas também o início do imperialismo japonês, que se transforma em grande país industrial, fato que ocorreu com a ascensão do imperador Taishô, que tem seu nome ligado a denominação deste período. O súbito avanço expansionista nipônico na Ásia Oriental é o fato novo, disputando mercados com os Estados Unidos e potências européias tradicionais.

Não obstante os estudos sobre o Japão, nas primeiras décadas do século XX, privilegiar a política e a economia, revestem-se de importância o exame de questões demográficas, isso porque em uma pequena superfície de 380 mil quilômetros quadrados havia, na década de 1930, setenta milhões de pessoas, fato que movimentava uma impressionante massa humana nas cidades nipônicas.

Tal situação gerou sérias tensões sociais, pois mesmo quando as grandes famílias aristocráticas - devido à restauração Meiji ¹⁰ - renunciaram às suas terras, ou as alienaram a preço vil, os agricultores empobrecidos deixaram que os burgueses das cidades as adquirissem. O governo japonês, preocupado com o progresso material do país, julgava indispensável uma rápida industrialização do país. A partir desse momento promove-se a mecanização agrícola que desempregou milhares de camponeses, passando a cobrar altos impostos em dinheiro, que anteriormente era feita em espécie (produção agrícola). Tal situação gerou uma enorme migração do campo para a cidade, saturando-as a tal ponto que não tinham mais como absorver o extraordinário número de pessoas que migravam do campo para a cidade.

¹⁰ Restauração Meiji corresponde ao reinado do Imperador Meiji (1868-1912). Nessa época, o Japão deixa de ser um ator internacional de estrutura medieval para ser uma potência asiática. O reinado seguinte corresponde ao imperador Taishô (1912-1925), que se caracterizou por ser uma época de muitos problemas econômicos e políticos.

No início do século XX, era trágica e ameaçadora a vida nos campos de algumas regiões do Japão, como em Tokara, onde grassava a fome e subseqüentemente a miséria e tensões sociais. O problema do superpovoamento tornou-se agudo, obrigando o governo de Tóquio a optar pelo envio dos excedentes da população ao exterior. Para tal fim, conforme MISHIMA (1982) foram mandados agentes diplomáticos ao México, Filipinas, Malásia, Estados Unidos e outros países para avaliarem a possibilidade de estabelecimento permanente de japoneses nesses países. Do mesmo modo, procurou-se celebrar “Tratados de Amizade e Comércio” com algumas nações para pôr em vigor um fluxo emigratório. Cabe destacar, articular, os convênios internacionais subscritos com os governos do México em 1888 e com o Brasil em 1895.

A política de Estado do governo de Tóquio para a emigração foi bem planejada. Nesse contexto, foram criadas empresas privadas de migração, como a Morika, a Meijo e a Toya que, controladas pelo governo japonês, seguiam as diretrizes e os interesses estratégicos do Japão para fixar contingentes de população nipônica no exterior. As tentativas de enviar grandes levas de emigrantes para os Estados Unidos, Canadá e Austrália esbarraram em normas de restrição e, por esse motivo, as atenções foram voltadas para a América Latina que figurou como região de interesse estratégico do governo japonês.

De fato, Brasil, México e Peru receberam grandes levas de colonos japoneses e, a imigração para o México foi dirigida e organizada pelo próprio governo de Tóquio, com amplo apoio dos mexicanos, constituindo-se, por isso mesmo, em um caso *sui generis*. No México, foi organizada a Sociedade Colonizadora Japão-México, que recrutou milhares de agricultores nipônicos e os assentou na região de Chiapas, em terras adquiridas com recursos próprios dessa sociedade. Foram, então, desenvolvidas grandes *plantations* (agricultura apoiado na monocultura de exportação) de café e cana-de-açúcar, dentre outras lavouras de menor expressão econômica.

Com a estratégia da imigração, o comércio exterior do Japão acusou avultado crescimento e os grandes cartéis estavam interessados nessa expansão, pois lhes proporcionavam um mercado consumidor e lucros rápidos a partir do capital empregado. Empresas, como a Mitsui e a Mitsubishi controlavam grandes organismos financeiros da expansão colonial japonesa, como o Banco de Taiwan e cotonifícios na China. Contudo, apesar desse progresso, o país estava envolto em profundos problemas sociais e econômicos.

A produção das fundições nipônicas aumentou extraordinariamente de 145 mil para mais de três milhões de toneladas e,

na mesma proporção ocorreu o aumento do consumo de carvão. O Japão, porém, era um país desprovido de recursos minerais e energéticos, dependia de suprimentos de carvão, petróleo, minério de ferro, bauxita, cassiterita, chumbo, zinco, cobre e outros produtos, como o látex. Considerando a necessidade desses recursos, o governo de Tóquio concebeu um império colonial para que as matérias-primas fossem fornecidas pelos territórios onde se promovia a exploração japonesa. Isso explica a presença nipônica na Manchúria, na Coréia, nas ilhas de Taiwan, Sacalina e, mais tarde, o desembarque de suas tropas na Indochina, Índias Holandesas e outras regiões do Sudeste asiático. Em todos esses locais, Tóquio praticou uma política de exploração colonial pura e simples. É a essa expansão, através da qual o Japão cobiçava os recursos minerais das Ilhas dos Mares do Sul (para movimentar a sua indústria e comércio) que se dá o nome de “*Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático*”.

Imperialismo japonês na Manchúria e América do Sul

A penetração japonesa na Manchúria não era recente e confrontando-se com as ambições da Rússia que nominalmente dominava esse território chinês. Asfixiados por problemas econômicos devido à quebra das exportações e a “crise de 1929”, os japoneses, alegando a presença de uma importante colônia de nacionais, que detinha os cargos mais importantes da economia Manchú, promoveram a ocupação militar de toda essa região.

Enquanto nos Estados Unidos condenava-se moralmente a ação do Japão, uma Assembléia de representantes das populações manchús, por pressão de Toquio, proclamava a independência do Manchukuo, na verdade um protetorado japonês. Deve ser dito que o Japão, tendo ocupado a Manchúria e criado um Estado fantoche, estava, atendendo aos seus interesses econômicos. Primeiro havia penetrado com o seu comércio e depois com suas forças militares nessa região asiática.

O estabelecimento inicial dos japoneses na faixa litorânea do território chinês prosseguiu para muito além desta região, pois, logo após apoderaram-se de Xangai (1932), do Jeohol (1933), de Pequim (1936), e outras cidades, concluindo-se que a meta do governo de Tóquio a conquista ou domínio de todo território chinês.

Para o governo de Tóquio promover a expansão econômica do seu território era necessário um espaço vital para sua população, meios de escoar a produção industrial e buscar no exterior as matérias-primas que não havia em quantidade suficiente no arquipélago japonês. Significava,

portanto, estabelecer a “*Esfera de Co-Prosperidade da Ásia Oriental*”. Por isso mesmo Tóquio havia, em 27 de setembro de 1940, selado um acordo com a Alemanha e a Itália, formando com esses países o “Pacto do Eixo”. A partir dessa data, a política japonesa agiu junto com a Alemanha e a Itália, considerando que cada uma dessas nações deveria desempenhar um papel destacado na “Nova Ordem” mundial.

É importante observar que a expansão dos negócios do Japão ocorreu não só em direção aos mercados asiáticos, mas também visou a América do Sul e, nas duas primeiras décadas do século XX, Tóquio utilizou a emigração do seu excedente populacional como instrumento de produção, para atender às suas necessidades de matéria-prima. No Peru (até 1936), entraram mais de 26.000 imigrantes japoneses, assentados em estabelecimentos rurais ao longo da faixa costeira, onde desenvolveram *plantations* que atendia as necessárias do Japão. Especificamente, Tóquio necessitava da produção de algodão e lã porque, envolvido como estava na ocupação da Manchúria e da Coréia, precisa satisfazer a demanda desta fibra.

Nesse contexto, observa-se que o Brasil, devido à sua vasta área física, também despertou atenções do governo do Japão, e por isso mesmo celebrou-se o convênio Brasil-Japão no século XIX, vindo o Brasil, a ser um dos principais parceiros comerciais dos japoneses. Em certa medida, a introdução de trabalhadores japoneses no Brasil - a partir de 1908 - fazia parte da política japonesa de assegurar o abastecimento de matérias-primas para suas indústrias de exportação. Nesse contexto, o Brasil exportou para o Japão grandes quantidades de óleos vegetais, gorduras, lã, algodão, juta e cristal de rocha, entre outros itens constantes na pauta de exportações.

Conflito entre imperialismo norte-americano e japonês com desdobramento na América

Durante a década de 1930 e inícios dos anos 1940, duas potências marítimas, Estados Unidos e Japão, exerciam na área do Oceano Pacífico o papel de atores hegemônicos, ficando a Grã-Bretanha, neste cenário, relegada a um papel secundário. O Japão, na década de 1930, com mais de 70 milhões de habitantes comprimidos em um arquipélago de pequena área física e desprovido de recursos naturais necessitava de espaço vital e matérias-primas para o seu desenvolvimento. Essa é a perspectiva política do Japão que direciona seu imperialismo em direção à Manchúria e aos “Mares do Sul”.

Na mesma época, o governo de Washington preocupava-se com os rumos da política de expansão industrial do Japão nos mercados do sudoeste asiático e com a concorrência comercial da Alemanha na Europa e na América Latina. Isso porque tal situação conflitava com o desenvolvimento da indústria norte-americana. Diante desses fatos, foi conveniente ao governo norte-americano adotar uma política marcadamente imperialista, comprovada posteriormente pelo surgimento do *Join Bord* (normas para aplicação da política externa norte-americana). Em linhas gerais, a política externa norte-americana apoiava-se em quatro pontos principais: preservação da integridade territorial, econômica e ideológica dos Estados Unidos; auxílio ao Império britânico; bloqueio à expansão japonesa e estabelecimento de sistemas econômicos favoráveis. Como é perceptível, o Japão era um obstáculo ao imperialismo dos Estados Unidos no sudoeste asiático e por esse motivo, foi acirrando-se, durante toda a década de 1930, a rivalidade nipo-americana, de tal forma que, de uma competição por mercados, originou-se uma guerra comercial.

Não passa despercebido que, nos Estados Unidos dos anos de 1930, a opinião pública era contrária à participação do país em confrontos bélicos, muito embora a guerra se avizinhasse. O presidente Roosevelt, contudo, compreendeu muito antes da Segunda Guerra, que em algum momento teria que intervir junto com o governo da Grã-Bretanha no conflito que se avizinhava e que de fato teve início em 1939. Era necessário impedir que o bloco fascista fosse vitorioso e, uma vez iniciadas as hostilidades, o governo de Washington permitiu aos países aliados adquirirem nos Estados Unidos grande quantidade de armamentos e materiais bélicos através do *Lend lease*, (sistema de empréstimo).

Nos primeiros meses de 1940, a Alemanha derrotou com facilidade a França e os Países Baixos, deixando, assim, a Indochina francesa e as Índias Orientais Holandesas vulneráveis aos interesses japoneses. Tal fato, de ampla repercussão no cenário internacional, preocupou o governo norte-americano tendo então, Roosevelt decidido, não mais renovar o tratado comercial com o Japão. E como parte dessas preocupações celebrou um acordo de cooperação militar com a Inglaterra. Pelo que foi acordado, os Estados Unidos transferiam sua esquadra da base naval da Califórnia para a base naval de Pearl Harbor, situada em pleno Oceano Pacífico enquanto que Londres concentrava sua esquadra de guerra no Atlântico, para combater os submarinos alemães que ameaçavam paralisar o tráfego comercial entre a América e a Europa. Essa divisão de tarefas, entre as marinhas, americana e inglesa, conduziu para a idéia de que o governo Roosevelt assumiu a responsabilidade de

defender as possessões inglesas no sudoeste asiático contra uma eventual incursão japonesa visto que Tóquio, desejava impor, no Pacífico, uma política de expansão e domínio comercial. Esses fatos apontam para o intencional engajamento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, ainda que de uma forma indireta, pois como diz KASPI: “o que colocou a economia norte-americana nos trilhos foi à produção de guerra.” (2004 p.56)

Enquanto no Hemisfério Ocidental, os norte-americanos e ingleses estabeleciam entre si a cooperação naval, no Oriente, o Japão (aliado com a Tailândia), em 1940, "negociou" com o “governo de Vichy”¹¹ o desembarque de 12 mil soldados na Indochina francesa, ocupando-a, mais tarde, com quarenta mil combatentes. Nessas circunstâncias, o governo de Tóquio obteve uma posição estratégica favorável no sudoeste asiático, além de aumentar a abrangência de sua *Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático*. O objetivo japonês, porém, era também interromper o tráfico de suprimentos entre Tonkin e a China de Chiang Kai-Shek, apoiado pelo governo de Washington. Assim, a situação política no Extremo Oriente agravou-se como nunca, pois, a partir da Indochina, as forças japonesas poderiam invadir as Filipinas (colônia norte-americana), as Índias Holandesas (Indonésia) e a Malásia, além de protegerem com maior eficiência as suas posições conquistadas no norte da China.

De modo paralelo a esses fatos, Roosevelt intensificou o rearmamento dos Estados Unidos e tentou conter a expansão japonesa na Ásia e no Pacífico mediante uma série de manobras diplomáticas e sanções econômicas. Ainda em julho de 1940, de acordo com DUROSELLE (1971, p.329), “o governo norte-americano suspendeu a licença de exportação de três grupos de produtos para o Japão, entre eles, alumínio, sucata de ferro, (matéria-prima para fabricação do aço), peças de avião e derivados de petróleo”. É importante notar, assevera KISSINGER (1996), que a ação de Roosevelt, de embargar a venda de petróleo ao Japão e encorajar o governo holandês no exílio a adotar o mesmo procedimento, resultou na ação japonesa de capturar os campos petrolíferos das Índias Orientais Holandesas. Outras estratégias de Washington foram o fechamento do Canal do Panamá aos navios de bandeira japonesa e o congelamento dos créditos bancários do Japão nos Estados Unidos. Esta ação foi particularmente severa na América do Norte, onde as grandes firmas e bancos japoneses ficaram quase paralisados.

¹¹ Governo da França ocupado pelos nazistas e liderado pelo almirante Decoux.

Pouco depois dessas medidas norte-americanas, o Japão assinou, em 27 de setembro de 1940, o Pacto Tripartite com a Alemanha e a Itália, (já citado) que visava a “Nova Ordem” na Europa e no Extremo Oriente. Para o governo de Washington, esse acordo era o principal indício de que o Japão planejava assaltar as colônias anglo-americanas do sudeste asiático em busca de matérias-primas, não só para o seu desenvolvimento industrial, mas também para sua “máquina bélica”.

Ainda de acordo com DUROSELLE (1971, p.330), “a partir de 27 de setembro de 1940 o governo americano teve claramente consciência de que uma guerra com o Japão era possível”. Diante de tão perigosa situação, o governo de Roosevelt, em setembro de 1940, deu um passo vital em sua política exterior. Decidiu cancelar completamente as exportações de quaisquer materiais ferrosos para o Japão e forneceu aos britânicos, cinquenta contratorpedeiros, supostamente velhos, em troca do direito de estabelecer bases aeronavais norte-americanas em oito territórios ingleses situados em pontos diversos do Oceano Atlântico.

A par dos entendimentos anglo-americanos, gerou-se uma crise no relacionamento nipo-americano, porque Washington negou-se a dar continuidade ao fornecimento de matéria-prima para a industrialização do Japão. Tal situação criou um impasse que os diplomatas de Tóquio e Washington não conseguiram superar, chegando-se mesmo a um ponto crítico. Nessa ocasião, a imprensa japonesa insinuou que “o mundo inteiro será envolvido na guerra se o Japão e os Estados Unidos não conseguirem resolver [...] suas divergências por meios pacíficos”.¹²

Em novembro de 1941, o Departamento de Estado enviou uma nota diplomática ao governo de Tóquio expondo as condições básicas para um acordo entre os Estados Unidos e o Japão. Esse documento, remetido por Cordell Hull, solicitava a retirada de todas as tropas japonesas dos territórios chineses assim como a suspensão de qualquer auxílio ou influência japonesa ao governo de Nanquim que, então, era um Protetorado japonês. Como o Japão não era auto-suficiente em matérias-primas e sua indústria dependia do abastecimento que pudesse ser obtido no exterior, às negociações diplomáticas entre Tóquio e Washington não prosperam mesmo por que o Japão não podia aceitar as exigências norte-americanas de se retirar da Manchúria e da Indochina, que representavam importantes parcelas dos seus negócios. Perante tais fatos o governo Roosevelt manteve o embargo econômico e a suspensão das licenças de exportação de qualquer produto norte-americano para o mercado nipônico.

¹² “Chegaram a ponto crítico as relações nipo-americanas.” *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 08.11.41, p. 16.

Com a excessiva pressão norte-americana sobre o governo de Tóquio (para sufocar a indústria japonesa), o início das hostilidades era somente uma questão de tempo, pois, tanto americanos como japoneses já vinham trabalhando em planos de guerra. Nesse contexto, quando Washington exigiu a imediata retirada japonesa da Manchúria, o governo de Tóquio autorizou o ataque nipônico às bases militares anglo-americanas situadas no Oceano Pacífico.

Com efeito, o plano de guerra de Ysoroku Yamamoto incluía ataques contra as bases norte-americanas de Pearl Harbor, no Havaí; Corrigidor e Cavite, nas Filipinas; Guan e Midway, na Polinésia, em 7 e 8 de dezembro de 1941, continuando, no dia dez deste mês, com o ataque e afundamento dos encouraçados ingleses *Prince of Wales* e *Repulse*, também nas águas do Oceano Pacífico. Após essas ações bélicas, o Japão direcionou seus ataques para outras instalações militares anglo-americanas localizadas na Malásia, Indonésia, Birmânia, Singapura, Guam e Índias Orientais Holandesas. Com relação às razões do ataque japonês à base norte-americana situada no Havaí, uma correspondência enviada a Oswaldo Aranha, na chancelaria brasileira, esclarece o assunto afirmando que:

Era uma guerra (entre o Japão e os Estados Unidos) tremenda de provocação e ultrajei que foi coroada com o ultimato americano propalado pelo rádio e imprensa, dando o prazo de 48 horas para os japoneses desocuparem o Manchukuo e a Indonésia francesa. O referido ultimato foi à gota d'água que transbordou o copo da paciência japonesa que, sabendo seriam atacados ao terminar às 48 horas, no caso de não aceitarem a imposição ianque, ganharam o tirão tomando a iniciativa do ataque. (Correspondência a Oswaldo Aranha, 30.04.1942. AO, 0608)

A agressão japonesa às forças armadas dos Estados Unidos e da Inglaterra, em dezembro de 1941, caracterizou-se, portanto, por vários ataques de duas esquadras japonesas contra as instalações militares e equipamentos de guerra dos governos de Washington e de Londres, situadas em distintos locais do Oceano Pacífico, distantes entre si e longe do Continente americano. Cabe recordar que a base aeronaval norte-americana mais próxima, que foi atacada pelos japoneses, situava-se no arquipélago do Havaí, a 3.200 quilômetros do litoral dos Estados Unidos. Além deste fato, o ataque japonês ao Havaí não pode ser visto como uma operação aeronaval de ataque ao inimigo no meio do Oceano Pacífico, mas sim, como parte de um amplo conjunto de ações bélicas do Japão

contra as bases militares inglesas e norte-americanas localizadas no sudeste asiático.

Sob outro enfoque, o governo Roosevelt, cunhou o ataque japonês ao Havaí como uma “traição”, visando reforçar o pretexto necessário para vencer a resistência dos grupos norte-americanos de isolacionistas e lançar, abertamente, os Estados Unidos no conflito mundial, do qual já estava participando de modo indireto porém ativo. A esse respeito, afirma SHERWOOD (2000), “a nação fora atacada, a situação política interna inverteu-se e o presidente dos Estados Unidos teve o respaldo da opinião pública para declarar guerra aos países do Eixo, não só em defesa dos princípios da democracia liberal, mas também em socorro das Filipinas”. É necessário frisar que, na época, as Filipinas eram uma colônia norte-americana, que abastecia os Estados Unidos com enorme quantidade de produtos agrícolas e matéria-prima em condições financeiras altamente vantajosas para o governo de Washington. Por estes motivos, é fácil compreender a dramática mensagem de Roosevelt ao Congresso dos Estados Unidos, pedido a imediata declaração de guerra ao governo de Tóquio, conforme consta no texto abaixo:

Ontem, 7 de dezembro de 1941 [...] os Estados Unidos da América foram [...] atacados por forças navais e aéreas do Império do Japão [...]. O ataque de ontem às ilhas havaianas causou severos danos às forças navais e militares americanas. Ontem, o governo japonês também lançou um ataque sobre a Malásia. Ontem à noite, as forças japonesas, atacaram Hong Kong, Guam, Filipinas, Wake e esta manhã os japoneses atacaram a ilha de Midway. O Japão, por conseguinte, empreendeu uma ofensiva de surpresa por toda área do Pacífico [...]. Peço ao Congresso que declare que desde o ataque [...] realizado pelo Japão neste domingo, dia sete de dezembro, passou a existir um estado de guerra entre os Estados Unidos e o império japonês. (SYRETT, 1995, p.311-312)

É óbvio que a invasão japonesa ao arquipélago das Filipinas, (grande produtora de açúcar, milho, copra e apreciável extração mineral) abalou a economia dos Estados Unidos e, além disso, a tomada da Malásia e de Cingapura pelos japoneses, abriu o caminho para a ruína do império colonial inglês no sudeste asiático, de onde os países aliados extraíam matéria-prima essencial ao esforço de guerra. Nessas circunstâncias, o governo norte-americano, através da habilidade de Roosevelt e Cordell Hull, convocou a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos para obter dos países da América um

rompimento em bloco de todas as relações diplomáticas, políticas e econômicas com os países do Eixo. Tal medida, segundo BARROS (1943), era imprescindível ao esforço de guerra em que Washington se empenhara, bem como se ajustava aos interesses das fábricas norte-americanas em assegurar o fornecimento de matérias-primas para transformá-las em produtos intermediários e finais que alimentavam o complexo industrial dos negócios militares. Sob o efeito psicológico da comoção causada pelo ataque japonês a Pearl Harbor, temeu-se nos Estados Unidos que a costa oeste fosse alvo de algum ataque japonês. Tal situação levou muita apreensão aos 126 mil nipo-americanos que haviam emigrado para a América do Norte.¹³ O *Federal Bureau of Information* (FBI) prendeu mais de mil e quinhentas pessoas de ascendência japonesa suspeitas de um eventual colaboracionismo com o governo de Tóquio, tendo Roosevelt assinado o Decreto nº 9.066, que autorizava a Secretaria de Guerra a criar áreas militares de internação de pessoas no interior do país (campos de concentração), para onde foram levados mais de cem mil imigrantes e descendentes de japoneses que residiam na costa oeste dos Estados Unidos. Eram dez enormes campos de internamento e reclusão, situados em áreas áridas e isoladas, os quais somente foram fechados em 1945. Esses campos de concentração embora abrigassem nipo-americanos em sua maioria também serviam para internar prisioneiros de diversas origens inclusive imigrantes japoneses presos na América do Sul, durante o conflito Peru-Ecuador em 1941.

Considerações finais

Cabe recordar que os ministros plenipotenciários Gabriel de Toledo Piza e Almeida, pelo Brasil e Soné Arasuké Jushii, pelo Japão, celebraram em 1895, em Paris, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, Brasil-Japão, que permitiu a instalação de uma Legação do Brasil em Tóquio e um Consulado Geral em Yokohama. Ambos atendiam os assuntos relacionados com a emigração nipônica para o Brasil que, a partir de 1908, começou a chegar em grandes levas no porto de Santos. Esse fato conduz para idéia de que havia um bom relacionamento entre Brasil e Japão até o momento em que os Estados Unidos declararam guerra a essa nação asiática.

É importante lembrar que, se por um lado, o governo de Tóquio usou a estratégia imperialista de exportar os seus excedentes

¹³ Havia também 157 mil descendentes de japoneses no arquipélago do Havaí, que não passaram pelas mesmas privações e reclusões sofridas pelos descendentes de japoneses no território continental norte-americano.

populacionais para atender aos seus interesses geográficos e econômicos, por outro, houve ganhos no Brasil, no México e no Peru. Isso porque esses países acolheram milhares de emigrantes japoneses, que foram assentados em regiões despovoadas, transformando-as, assim, em grandes lavouras. De modo específico, na Amazônia havia colônias de japoneses exportando para o Japão toda a juta produzida.

A intenção da agressão japonesa no Havaí e nas Filipinas era destruir a esquadra norte-americana do Pacífico através da estratégia naval da batalha decisiva. Dentro desse conceito militar, os alvos da agressão nipônica foram os aviões e navios dos Estados Unidos localizados principalmente nas Filipinas e no Havaí, não se registrando qualquer tentativa de desembarque de tropas na Ilha de Oahu, ou qualquer outra do arquipélago havaiano. Como explicou ARON (1986), nenhum dos generais e almirantes japoneses, por mais exaltados que fossem, imaginavam a entrada de tropas nipônicas em Washington, mesmo que houvesse uma vitória militar sobre os Estados Unidos.

É mister ressaltar que o objetivo mais importante do ataque nipônico às bases militares anglo-americanas no Pacífico era eliminar a concorrência comercial norte-americana no sudeste asiático. Com isso, o Japão poderia exercer a hegemonia econômica no extremo-oriental e obter nas ilhas dos “Mares do Sul” as matérias-primas necessárias ao seu desenvolvimento industrial. Após o ataque aeronaval sobre bases militares norte-americanas, no Oceano Pacífico, houve uma mudança no equilíbrio de forças no extremo oriente. Em poucos meses, os japoneses ocuparam a Birmânia, Filipinas, Hong Kong, Malásia, Singapura e Índias Holandesas, expandindo o seu comércio na Ásia e abastecendo suas indústrias com as matérias-primas obtidas nos “Mares do Sul.

Referências Bibliográficas

Livros

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: UnB, 1986.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 5 ed. Brasília: UnB, 1993.

CHILD, Jack. *Geopolitics and conflict in south américa*. New York: Praeger, 1985.

DOZER, Donald Marquand. *América latina*. São Paulo: USP, 1971.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Europe de 1815 a nos jours*. Paris: Clio, 1964.

_____. *Les Relations internationales*. Paris: Institut d'études politiques, 1958.

_____. *Tout Empire Perira*. Paris: Armand Colin, 1992.

FALCÓN, Francisco. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo. IN Silva, José Werneck (org) *O Feixe e o Prisma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado, 1987.

GLAVE, Luiz; ROSAS LAURO, Claudia. *Imigração estrangeira para o Peru*. IN: Boris Fausto (org). *Fazer a América*. São Paulo: USP, 1999.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KASPI, André. New Deal. *História Viva*. São Paulo: n.5., p.52-56, 2004.

KIISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 1966.

MACPHERSON, Crawford Broygh. *Democracia Liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

MISHIMA, Ota. *Siete migraciones japonesas*. México: colégio de México, 1982.

MENDES, Carlos. Entrevista. *História oral do Exército na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Exército, 2001, t. 1.

MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 1981.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. IN: RÉMOND, René. (org) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RÉMOND, René. *Introdução a História do nosso tempo*. São Paulo: Cultrix, 1990.

RENOUVIN, Pierre. Introduction générale IN: Renouvin, Pierre. (dir) *Histoire des Relations Internationales*. Paris: Hachette, 1963.

SARAIVA, José Flávio. *História Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2007.

- SHERWOOD, Robert. *Roosevelt e Hopkins*, Brasília: UnB, 2000.
- SYRETT, Harold. *Documentos históricos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SOWEL, Thomas. *Etnias da América*. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- WIGTH, Martin. *A política do poder*. Brasília: UnB, 1985.
- YANAGUIDA, Toshio; Maria Dolores. *Japoneses em América*. Madrid: MAPFRE, 1992.

Jornais

- Bases norte-americanas atacadas. Estado São Paulo, S. Paulo, 09.12.41, p. 1.
- Contrabando de Guerra. Estado São Paulo. S.Paulo, 13.04.40, p.1.
- EUA continuam auxiliando Inglaterra. Estado São Paulo, S.Paulo, 5.10.40, p.1.
- Intensifica-se guerra econômica. Estado São Paulo, S.Paulo, 30.07.41, p.1.
- Japão na encruzilhada do caminho. Estado São Paulo, S.Paulo, 02.04.41, p.1.
- Objetivos da política japonesa. Estado São Paulo, S.Paulo, 02.06.41, p.2.
- O acordo tríplice. Estado São Paulo, S. Paulo, 28.09.40, p.1.

Documentos

- BRASIL MG Relatório 1941, p. 117 Situação política.
Correspondência a Oswaldo Aranha. 30.04.1942. AO 0608 AR//AO/
CPDOC/FGV.
- JUSTICE, Lafer. *Panorama político japonês*. Tóquio, 01.01.1935.
A/SPR.

